

Política fiscal: o desajuste continua*

*Isabel Noemia Rückert**
Maria Luiza Blanco Borsatto***

No primeiro semestre de 1998, a elevação do déficit público constituiu-se num dos principais problemas para o Governo. A sua redução representa um desafio para a equipe econômica, na medida em que a sustentação do Plano Real depende da melhora das contas públicas.

O objetivo deste texto é examinar o desempenho do setor público nos primeiros meses de 1998. Nesse sentido, são analisadas: a evolução do déficit público medido pelo Banco Central ("abaixo da linha"), o desempenho da execução financeira do Tesouro Nacional ("acima da linha") até abril de 1998 e o comportamento da arrecadação dos tributos federais até maio de 1998. Além disso, aborda-se, também, a evolução da dívida líquida do setor público até abril de 1998.

A piora do déficit público

O déficit público nominal consolidado (que inclui Governo Federal e Banco Central, estados, municípios e empresas estatais) nos últimos 12 meses até abril de 1998 registrou um resultado pior do que no ano anterior, passando de R\$ 54,3 bilhões (5,39% do PIB) em 1997 para R\$ 60,4 bilhões (6,72% do PIB) em 1998. Pelo conceito primário (que exclui os gastos com juros), ocorreu um déficit de R\$ 7,3 bilhões (0,81% do PIB) até abril de 1998 contra um superávit de R\$ 783 milhões (0,09% do PIB) no mesmo período em 1997 (Tabela 1).

* O texto foi elaborado com informações obtidas até 07.07.98.

** Economista, Técnica da FEE.

As autoras agradecem a colaboração dos colegas Alfredo Meneghetti Neto, Núbia Marques da Silva e da estagiária Patrícia Piccoli Guimarães.

O setor público, somente com o pagamento de juros nominais, despendeu o montante de R\$ 53 bilhões até abril de 1998 (últimos 12 meses) contra R\$ 46 bilhões no mesmo período de 1997, refletindo, ainda, as elevadas taxas de juros.

No que se refere às contas do Governo Federal e do Banco Central, houve um déficit nominal de 3,06% do PIB até abril de 1998. Excluindo o pagamento dos juros nominais de 3,23% do PIB, registrou-se um pequeno superávit primário de 0,17% do PIB. Essa melhora deveu-se ao resultado favorável das receitas tributárias nesse período, além das receitas extraordinárias provenientes da concessão da Banda B da telefonia celular.

Todavia o desempenho dessas contas públicas deverá piorar em vista da decisão do Governo de estender a todos os servidores civis o reajuste salarial de 28,86%, concedido em 1993 aos militares. Além da diferença, o Governo terá que pagar os atrasados retroativos àquele ano, o que fará em parcelas, a partir de janeiro de 1999.

Além disso, o Governo não efetuou o corte de 12% no seu orçamento, conforme havia anunciado no início do ano; caso essa medida fosse tomada, levaria a uma maior contenção dos gastos.

Tabela 1

Necessidade de financiamento do setor público no Brasil — dez./96-abr./98

DISCRIMINAÇÃO	(% do PIB)			
	DEZ/96	ABR/97	DEZ/97	ABR/98
Total nominal	5,87	5,39	6,11	6,72
Governo Federal e Bacen	2,55	2,53	2,64	3,06
Governos estaduais e municipais ..	2,72	2,38	3,02	3,12
Empresas estatais (1)	0,60	0,47	0,45	0,54
Total primário	0,09	-0,09	0,92	0,81
Governo Federal e Bacen	-0,38	-0,20	0,26	-0,17
Governos estaduais e municipais	0,55	0,28	0,73	0,77
Empresas estatais (1)	-0,08	-0,18	-0,07	0,22
Total de juros nominais	5,79	5,48	5,19	5,91
Governo Federal e Bacen	2,94	2,73	2,37	3,23
Governos estaduais e municipais ..	2,17	2,09	2,30	2,36
Empresas estatais (1)	0,68	0,65	0,52	0,33

FONTE: NOTA PARA A IMPRENSA (1998). Brasília: BACEN, jul.

NOTA: 1 Fluxo dos últimos 12 meses.

2 Reflete a relação dos fluxos com o PIB, ambos valorizados para o último mês do período com base no IGP-DI

3 O deflator usado foi o IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte)

4 O sinal negativo indica superávit

5 Dados preliminares

(1) Engloba as empresas federais, estaduais e municipais

Quanto aos estados e aos municípios, estes apresentaram um déficit nominal de R\$ 28,0 bilhões (3,12% do PIB) até abril de 1998, principalmente em função do crescimento do pagamento dos juros nominais. A situação financeira dos estados e dos municípios, que até novembro de 1997 apresentava um resultado primário praticamente equilibrado (0,03% do PIB), vem piorando desde dezembro de 1997, quando atingiu um déficit primário de 0,73% do PIB, o qual subiu para 0,77% do PIB até abril de 1998.

A maioria dos governos estaduais já renegociaram suas dívidas com o Governo Federal. Isso significa que haverá uma redução do custo de rolagem das mesmas. Dos 24 estados que fecharam o acordo com a União, 21 já assinaram os respectivos contratos; os três que são: Acre, Alagoas e Rio de Janeiro.

O desempenho das empresas estatais piorou, passando de um superávit primário de 0,18% do PIB até abril de 1997 (fluxo dos últimos 12 meses) para um déficit primário de 0,22% do PIB no mesmo período de 1998. Essa alteração de comportamento pode ser explicada pela aceleração dos investimentos das empresas estatais no final de 1997.

Execução financeira do Tesouro Nacional

A execução financeira do Tesouro Nacional no primeiro quadrimestre de 1998 apresentou um superávit primário de R\$ 5,3 bilhões, representando 1,8% do PIB e sinalizando um crescimento de 89,52%, se comparado com igual período de 1997, quando atingiu o patamar de R\$ 2,8 bilhões, ou seja, 1,0% do PIB.

Esse resultado decorre não somente da maior arrecadação, mas também do controle das despesas, medida pelo critério de pagamento efetivo — ótica de caixa —, nova metodologia adotada a partir do início deste ano. O resultado positivo dos primeiros quatro meses de 1998 em relação ao mesmo período de 1997 foi consequência do recolhimento, no mês de abril, da primeira cota ou cota única do IRPF, relativo à Declaração de Ajuste do ano-calendário de 1997, e do recolhimento referente a cinco semanas de fatos geradores, provocando acréscimo na arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) outros rendimentos, bem como do recolhimento de receitas atípicas (Tabela 2).

Cabe ressaltar que, pela nova discriminação de itens, a receita total apresenta nova agregação, subdividida em: receita "administrada" (tributária) pela Secretaria da Receita Federal; receita "diretamente arrecadada" pela Administração Direta

e pela Indireta, composta por tarifas, contribuições, recebimentos de prestações de serviços e por outras receitas parafiscais, e “demais receitas”, que incluem arrecadações atípicas, como recursos provenientes da concessão de serviços telefônicos, de participações e dividendos, dentre outros.

Tabela 2

Necessidade de financiamento do Tesouro Nacional — jan.-abr./97 e jan.-abr./98

DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABR/97 (R\$ milhões)	JAN-ABR/98 (R\$ milhões)	JAN-ABR/98 JAN-ABR/97 (%)
1. Receita total	37 167,3	48 149,4	29,55
1.1. Administrada pela SRF	34 180,4	41 308,7	20,85
1.2. Restituições (-)	-185,9	-264,9	42,50
1.3. Diretamente arrecadadas	2 201,0	2 472,8	12,35
1.4. Demais	1 098,9	5 072,2	361,57
1.5. Incentivos fiscais	-127,1	-439,4	245,71
2. Despesa total	-34 359,5	-42 828,0	24,65
2.1. Transferências a estados e municípios	-7 998,7	-9 923,8	24,07
2.2. Despesas da administração federal	-25 828,2	-32 295,5	25,04
2.2.1. Pessoal e encargos	-13 244,1	-16 238,5	22,61
2.2.2. Despesas de custeios e capital	-12 584,1	-16 057,0	27,60
2.2.2.1. Abono e seguro desemprego	-1 281,0	-1 337,3	4,40
2.2.2.2. Desapropriação para reforma agrária	-119,4	-80,3	-32,75
2.2.2.3. Outras despesas de custeio e de capital	-11 183,7	-14 639,4	30,90
2.3. Subsídios	-532,6	-608,7	14,29
2.3.1. Operações oficiais de créditos	-532,6	-452,7	-15,00
2.3.2. Fundos regionais	0,0	-156,0	0,00
3. Resultado primário (1 - 2)	2 807,8	5 321,4	89,52
4. Resultado primário/PIB	1,0%	1,8%	80,00

FONTE: Tesouro Nacional

NOTA: Inclui Governo Federal, exceto INSS (arrecadação própria e benefícios pagos), PIB mensal (estimativa do Bacen).

As receitas totais acumuladas no período de janeiro a abril de 1998 somaram R\$ 48,1 bilhões, apontando um crescimento de 29,55% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo que, desse montante, R\$ 41,3 bilhões se referem, dentre outras, às receitas “administradas” que foram superiores em 20,85% no mesmo quadrimestre de 1997, e R\$ 5,1 bilhões às “demais receitas”.

Entre os vários fatores que explicam as receitas extraordinárias associadas às medidas de novembro passado, estão a tributação do estoque dos Fundos de Renda Fixa, a elevação da alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte dos Rendimentos do Trabalho Assalariado e a elevação da arrecadação do Imposto de Importação, em função do crescimento do valor, em dólar, das

importações tributadas, dentre outras. Adicionalmente, pode-se registrar que ocorreu uma receita atípica relativa à Concessão de Serviços de Telecomunicações (Banda B).

Observou-se, também, um crescimento significativo das “demais receitas”, que apresentaram um aumento de 361,57%, atingindo R\$ 5,1 bilhões no período de janeiro a abril de 1998 contra R\$ 1,1 bilhão no mesmo período de 1997. Esse resultado é consequência dos valores obtidos com as concessões de serviços de telecomunicações — Banda B da telefonia celular — e do recolhimento atípico de participações e dividendos, sem paralelo no quadrimestre de 1997, provenientes, estes últimos, do Banespa, da CMB, da ECT, do BB e do CODEVASF.

A despesa total, pela nova metodologia, encontra-se subdividida em “transferências a estados e municípios”, onde se encontram os gastos constitucionais e legais, como os decorrentes da Lei Complementar nº 87/96¹, “despesas da administração federal”, onde estão expressos todos os gastos com “pessoal e encargos” e todos os que se referem a “despesas de custeio e de capital”.

Além dessas, a despesa total apresenta os “subsídios”, onde constam as operações oficiais de crédito, referentes aos empréstimos do Governo Federal ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e aos Programas de Financiamento à Exportadores (Proex). Nesses casos, encontram-se os gastos efetivamente realizados por cada órgão da Administração Direta e da Indireta.

No primeiro quadrimestre, a despesa total apresentou um acréscimo de 24,65% em relação ao mesmo de 1997, passando de R\$ 34,3 bilhões para R\$ 42,8 bilhões em 1998. Esse resultado provém, principalmente, do aumento das transferências a estados e a municípios, que passaram de R\$ 7,9 bilhões em 1997 para R\$ 9,9 bilhões em 1998, mostrando um crescimento de 24,07%, bem como da reformulação das regras de cálculo imposta por legislação. Esse desempenho é atribuído também ao incremento nos gastos de pessoal.

As despesas da administração federal também mostraram um crescimento de 25%, passando de R\$ 25,8 bilhões no primeiro quadrimestre de 1997 para R\$ 32,3 bilhões no mesmo de 1998.

As contas que mais contribuíram para esse aumento em 1998 foram “pessoal e encargos”, que registraram, 22,61% de acréscimo em relação a 1997, passando de R\$ 13,2 bilhões para R\$ 16,2 bilhões. Os principais condicionantes

¹ Essa Lei Complementar refere-se à reformulação das regras de cálculo das transferências a estados e municípios.

do crescimento foram as sentenças judiciais, bem como a mudança de pagamento da remuneração do funcionalismo previsto pela MP 1639-40/98, além do próprio crescimento vegetativo.

Outra conta que apontou um crescimento elevado (27,60%) foi “despesas de custeio e capital”, passando de R\$ 12,6 bilhões em 1997 para R\$ 16,1 bilhões no mesmo período de 1998, demonstrando, assim, o gasto efetivo dos órgãos da Administração Pública Federal, dando destaque à saúde, à educação e à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Como se pode verificar, existe uma discrepância entre as contas do Governo Federal elaboradas pelo Banco Central pelo conceito “abaixo da linha” e as computadas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda pelo conceito “acima da linha”. As contas do Tesouro Nacional apresentaram resultados mais favoráveis para o setor público federal. O Banco Central, que calcula o resultado consolidado do setor público, incluindo União, estados, municípios e empresas estatais, utiliza informações mais abrangentes, que refletem a variação da dívida líquida do setor público, captando as liberações financeiras efetivas.

As contas da Secretaria do Tesouro Nacional — apenas para o Governo Federal — são “acima da linha” com a contabilização das receitas e das despesas no momento da liberação.

Para aproximar-se dos dados calculados pelo Banco Central, a Secretaria do Tesouro Nacional efetuou uma nova metodologia, cujos resultados começaram a ser divulgados a partir de 1998.

A arrecadação dos tributos federais: o desempenho melhora

Nos cinco primeiros meses de 1998, a arrecadação dos impostos e das contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal e as demais receitas (taxas e contribuições controladas por outros órgãos, exclusive as contribuições previdenciárias) atingiu R\$ 57 bilhões, registrando um crescimento real de 22,19% em relação ao mesmo período de 1997, quando alcançou R\$ 46,7 bilhões (Tabela 3).

Esse desempenho é consequência de arrecadações atípicas neste ano, tais como a outorga de serviços de telecomunicações, o recolhimento de valores resultantes de superávit financeiro dos fundos de autarquias e fundações, os saldos de depósitos abandonados em contas-correntes bancárias e o pagamento de participações e dividendos, que contribuíram para o crescimento real de 282,67%, no item “demais receitas”.

Tabela 3

Arrecadação dos tributos federais — jan.-maio/97 e jan.-maio/98

DISCRIMINAÇÃO	JAN-MAIO/97 (R\$ milhões)	JAN-MAIO/98 (R\$ milhões)	JAN-MAIO/98 JAN-MAIO/97 (%)
Imposto de Renda	15 408	19 948	29,47
Pessoa física	1 380	1 444	4,64
Pessoa jurídica	5 579	6 323	13,34
Retido na fonte	8 449	12 181	44,17
Imposto sobre Produtos Industrializados	7 054	6 780	-3,88
Fumo	1 265	1 108	-12,41
Bebidas	829	966	16,53
Automóveis	514	426	-17,12
Outros	4 446	4 280	-3,73
Imposto sobre Operações Financeiras	1 442	1 738	20,53
Imposto sobre Importação	1 991	2 556	28,38
Imposto sobre Exportação	2	1	19,97
ITR	56	74	32,14
CPMF	2 471	3 280	32,74
Cofins	8 083	7 607	-5,89
PIS/PASEP	3 145	3 067	-2,48
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	3 619	3 389	-6,36
Outras contribuições	1 439	1 248	-13,27
Outras receitas administradas	100	208	108,00
Receitas administradas pela SRF	44 810	49 896	11,35
Demais receitas	1 864	7 133	282,67
Total geral de receitas	46 674	57 029	22,19

FONTE: Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI da FGV a preços de maio de 1998.

Na análise do desempenho dos principais tributos da União, salienta-se o Imposto de Renda (IR), mais especificamente o IRRF, que apresentou um crescimento de 44,17% em relação aos primeiros meses de 1997.

Esse acréscimo reflete a alteração da legislação imposta pelo Pacote Fiscal de novembro de 1997, já abordado por Rückert, e Borsatto (1998), sendo consequência: da elevação de uma das alíquotas do IR, que passou de 25% para 27,5%; da taxaço da mesma em Fundos de Investimentos de Renda Fixa, sem correspondência no ano anterior sobre os saldos acumulados até 31.12.1997; e da elevação da alíquota do tributo incidente sobre essas aplicações de renda fixa, de 15% para 20%. Essa contribuição elevou a arrecadação do IRRF-Rendimento de Capital em 127%, passando de R\$ 2,1 bilhões de janeiro a abril de 1997 para R\$ 4,9 bilhões no mesmo período de 1998.

Destaca-se, também, o crescimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), que superou em 13,34% o resultado obtido nos cinco meses de 1997, passando de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 6,3 bilhões em 1998. Esse aumento deveu-se

ao pagamento, em março de 1998, do saldo relativo à Declaração do Ajuste do IRPJ, em cota única, enquanto no ano passado, foi facultado o parcelamento desse saldo em até quatro cotas, no período de março a junho.

Quanto ao Imposto de Importação (II), no período analisado este apresentou crescimento de 28,38%, em consequência da elevação de sua alíquota e do aumento do valor, em dólar, das importações tributadas — principalmente de automóveis (crescimento de 21,36% nas vendas) —, influenciando, também, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vinculado à importação. O II arrecadou cerca de R\$ 2,5 bilhões no primeiro quadrimestre de 1998 contra R\$ 1,9 bilhão no mesmo de 1997. Outro tributo que apresentou acréscimo no período de janeiro a maio de 1998 em relação à mesma época de 1997 foi o IOF, atingindo R\$ 1,7 bilhão contra R\$ 1,4 bilhão, significando, assim, um crescimento de 20,53%. Isso foi consequência da incidência do mesmo no resgate de aplicações financeiras antes do prazo de vencimento — a partir de fevereiro de 1998 — e da alteração da alíquota do IOF das operações de crédito das pessoas físicas, de 6% para 15%.

A CPMF apresentou um aumento na arrecadação, de 32,74%, passando de R\$ 2,5 bilhões, no período de janeiro a maio de 1997 para R\$ 3,3 bilhões no mesmo período de 1998. Esse acréscimo foi resultado dos recolhimentos regulares da CPMF nos cinco primeiros meses deste ano, enquanto, no período anterior, o recolhimento iniciou no mês de fevereiro.

Entre os tributos que tiveram queda acentuada está o IPI, cuja relação do período de janeiro a maio de 1998 com o mesmo de 1997 mostrou um decréscimo de 3,88%. Somente o IPI de bebidas apresentou crescimento de 16,53%. O dos demais produtos, como fumo e automóvel, registrou uma redução de 19,27% no volume de vendas de cigarros e de 16,60% no de automóveis para o mercado interno, no período. Também a Contribuição para Seguridade Social (Cofins) apresentou decréscimo de 2,48% em sua arrecadação nesse período.

A baixa arrecadação destes últimos tributos demonstrou uma forte redução da atividade econômica no País, sendo que a ocorrência de superávit primário decorreu, principalmente, de alterações da legislação de impostos no que se refere aos aumentos de alíquota e de adoção de novas modalidades de cobrança do que, propriamente, de um nítido esforço por parte do Governo no sentido de aumentar sua arrecadação através do combate à sonegação, diminuindo, assim, seus gastos de forma eficaz.

O crescimento da dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público mede o total do seu endividamento (interna e externamente) deduzindo seus créditos e reservas. Essa dívida líquida total (incluindo Governo Federal, Banco Central, estados, municípios e empresas estatais) cresceu

de R\$ 153 bilhões (28,5% do PIB) em 1994 para R\$ 328 bilhões (36,2% do PIB) até abril de 1998. A dívida interna representa 94% desse montante, tendo como seu principal item o endividamento mobiliário federal fora do Banco Central. Este vem apresentando um crescimento expressivo, passando de R\$ 60,2 bilhões em dezembro de 1994 para R\$ 288 bilhões até abril de 1998. Esse aumento, desde 1994, deveu-se a diversos fatores, dentre eles: a elevação da taxa de juros no início de 1995, para evitar a saída de investidores estrangeiros do País logo após a crise do México; a entrada de recursos externos que são esterilizados com o lançamento dos títulos públicos; e, também, o financiamento do déficit público (Tabela 4).

Além disso, a partir de outubro de 1997, as despesas com juros aumentaram em função da medida tomada pelo Banco Central, quando este dobrou as taxas de juros, para enfrentar os efeitos da crise asiática. Cabe salientar que, somente nos meses de novembro e dezembro, a União, os estados e os municípios pagaram R\$ 2,7 bilhões de juros em vista dessa elevação.

No entanto o Governo vem, desde novembro de 1997, diminuindo gradualmente essas taxas. A redução ocorrida em maio de 1998 (a sexta) foi maior do que a esperada pelo mercado, quando a Taxa Básica do Banco Central (TBC) caiu de 23,25% a.a. para 21,75% a.a.. Essa queda poderá aliviar o peso do pagamento dos juros sobre a dívida pública. Essa redução da TBC foi beneficiada por uma entrada significativa de recursos externos, o que, por sua vez, levou a um aumento das reservas internacionais para US\$ 74 bilhões no mês de maio de 1998.

Todavia, nesse mês, o Governo teve dificuldades para colocar títulos públicos federais pré-fixados no mercado financeiro, pois o mesmo estava exigindo prêmios elevados para reter esses papéis, tendo em vista a alta instabilidade do mercado internacional. Como o Banco Central não aceitou pagar taxas de juros mais elevadas, lançou Letras do Banco Central (LBC) pós-fixadas, que não eram emitidas desde junho de 1994. Além desses títulos, lançou também Letras Financeiras do Tesouro (LFT), que foram vendidas pela última vez em maio de 1995. A vantagem desses títulos é reduzir o risco para o investidor.

Além disso, o Governo lançou, em junho de 1998, um novo título — Notas do Tesouro Nacional-série E — indexado à variação da Taxa Básica Financeira (TBF), com prazo máximo de 30 anos e pagamento de juros semestrais.

No dia 24 de junho de 1998, o Comitê de Política Monetária (Copom) promoveu uma pequena redução da TBC, de 21,75% a.a. para 21% a.a., voltando a um patamar próximo ao que vigorava antes de novembro de 1997 (20,7% a.a.). A necessidade de captar recursos externos de curto prazo, o que exige um prêmio de risco de 12% a.a., e a estimativa de desvalorização do câmbio de cerca de 7,5% a.a. fazem com que as taxas de juros de captação de curto prazo no Brasil não possam ser menores do que 20% a.a.. O Governo parece

crer que haja espaço para novas reduções dos juros mesmo diminuindo o ganho do investidor estrangeiro (cupom cambial).

Além do que, a maior parcela dos capitais que entram no País — investimentos diretos e mercado de ações — não dependem do cupom cambial. No entanto, se o real for desvalorizado a um ritmo menor, será possível reduzir ainda mais os juros.

Por sua vez, a dívida líquida externa (que deduz as reservas internacionais) obteve uma redução, passando de 4,3% do PIB em 1997 para 1,9% do PIB até abril de 1998, em vista da excepcional entrada de recursos externos nesse período, atraídos, principalmente, pelas elevadas taxas de juros praticadas no País.

Tabela 4

Dívida líquida total, interna e externa, do setor público do Brasil — 1994/98

DISCRIMINAÇÃO	1994		1995		1996
	Saldos (R\$ milhões)	% PIB	Saldos (R\$ milhões)	% PIB	Saldos (R\$ milhões)
Dívida interna	108 806	20,2	170 311	24,5	237 600
Governo Federal e Bacen	33 395	6,2	66 731	9,6	115 736
Governos estaduais e municipais	49 285	9,2	70 227	10,1	90 332
Empresas estatais	26 126	4,9	33 353	4,8	31 532
Dívida externa	44 357	8,3	38 132	5,5	31 593
Governo Federal e Bacen	32 441	6,0	23 713	3,4	12 677
Governos estaduais e municipais	1 806	0,3	2 266	0,3	3 006
Empresas estatais	10 110	1,9	12 153	1,7	15 910
Dívida total	153 163	28,5	208 443	29,9	269 193
Governo Federal e Bacen	65 836	12,2	90 444	13,0	128 413
Governos estaduais e municipais	51 091	9,5	72 492	10,4	93 338
Empresas estatais	36 236	6,7	45 507	6,5	47 442

DISCRIMINAÇÃO	% PIB	1997		ABR/98	
		Saldos (R\$ milhões)	% PIB	Saldos (R\$ milhões)	% PIB
Dívida interna	29,4	269 968	30,2	311 074	34,3
Governo Federal e Bacen	14,3	150 254	16,8	187 409	20,7
Governos estaduais e municipais	11,4	111 711	12,5	114 979	12,7
Empresas estatais	3,9	8 004	0,9	8 686	1,0
Dívida externa	4,0	38 580	4,3	17 166	1,9
Governo Federal e Bacen	1,6	17 488	2,0	-5 196	-0,6
Governos estaduais e municipais	0,4	4 303	0,5	4 958	0,5
Empresas estatais	2,0	16 789	1,9	17 404	1,9
Dívida total	34,4	308 549	34,5	328 240	36,2
Governo Federal e Bacen	16,4	167 742	18,8	182 213	20,1
Governos estaduais e municipais	11,9	116 014	13,0	119 937	13,2
Empresas estatais	6,1	24 793	2,8	26 090	2,9

FONTE: NOTAS PARA A IMPRENSA (1998) Brasília : Bacen, jul

NOTA: 1. Os valores anteriores a julho de 1994 foram convertidos pela URV de 30.06.94.

2. O deflator usado foi o IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

3. Dados preliminares

Conclusões

O Governo apresenta dificuldades para ajustar as suas contas, registrando déficit público crescente. Uma das principais causas de pressão sobre esse déficit é o elevado pagamento de juros sobre a dívida pública. Devido a esse fato, o déficit público nominal deve aumentar ainda mais nos próximos meses, podendo atingir 7,5% do PIB até o final de 1998.

No entanto a queda da taxa de juros, que poderá reduzir o endividamento do setor público, depende da situação do mercado financeiro internacional e da entrada de recursos externos no País. Nos últimos meses, as reservas internacionais têm aumentado, e o Governo tem reduzido gradativamente as taxas de juros.

Por outro lado, no que diz respeito à arrecadação dos tributos federais, espera-se, para 1998, um crescimento em relação ao ano anterior. Entre os fatores responsáveis por um resultado mais favorável neste ano, encontram-se o aumento da alíquota do IRPF e do IRRF e de receitas atípicas, tais como o recolhimento de valores resultantes de superávit financeiro dos fundos de autarquias e fundações e o pagamento de participações e dividendos no item "demais receitas".

O Governo, para um ajuste de médio e longo prazos, espera pela aprovação das reformas estruturais ainda em tramitação no Congresso Nacional. A Reforma Administrativa já foi promulgada em 04.06.98. No entanto só deverá entrar em vigor em 1999, depois da aprovação de leis complementares exigidas pela emenda. Quanto à Reforma da Previdência, até junho de 1998 faltava o voto para três destaques em segundo turno, para que a Reforma possa ser promulgada. No que diz respeito à Reforma Tributária, a mesma se encontra parada no Congresso Nacional, há mais de três anos. O Governo já tem uma nova proposta, que deverá ser enviada para discussão no Congresso Nacional.

Bibliografia

- CARTA DE CONJUNTURA IPEA (1998). Rio de Janeiro : IPEA, n.81, jun.
- CONJUNTURA ECONÔMICA (1998). Rio de Janeiro : FGV, v.52, n.5., maio.
- INFORMAÇÕES FIPE (1998). São Paulo : Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, n.212, maio.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. Banco Central do Brasil. Informações Econômicas. Nota para a imprensa (Política Fiscal) 08.07.98 [on line] Disponível na Internet

via **WWW.URL:** <http://www.bcb.gov.br/htms/notecon2.htm>. Arquivo capturado em 08.07.98.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Banco Central do Brasil. Informações Econômicas. Nota para a imprensa (Setor Externo) 18.06.98 [on line] Disponível na Internet via **WWW.URL:** <http://www.bcb.gov.br/htms/notecon1.htm>. Arquivo capturado em 18.06.98.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria da Receita Federal. Arrecadação dos tributos: maio 98 [on line] Disponível na Internet via **WWW.URL:** <http://www.receita.fazenda.gov.br/>. Arquivo capturado em 16.06.98.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria de Política Econômica. Boletim de Acompanhamento Econômico: maio 1998 [on line] Disponível na Internet via **WWW.URL:** <http://www.fazenda.gov.br/spe/spe26.htm1>. Arquivo capturado em 17.06.98.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria de Política Econômica. Resultado Primário do Governo Central: janeiro/abril 1998 02.07.98 [on line] Disponível na Internet via **WWW.URL:** <http://www.fazenda.gov.br/spe/speres.htm1>. Arquivo capturado em 06.07.98.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. Execução Financeira do Tesouro Nacional: abril 98 [on line] Disponível na Internet via **WWW.URL:** <http://www.receita.fazenda.gov.br/tesouro/stn.htm1>. Arquivo capturado em 03.07.98

RÜCKERT, Isabel Noemia, BORSATTO, Maria Luiza Blanco (1998). Política fiscal: as dificuldades do ajuste. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre : FEE, v.26, n.1, p. 14-26.